



MARIA VIRGÍNIA MARTINS MATTAR

**A EXPERIÊNCIA DA APRENDIZAGEM COLABORATIVA
ENTRE DIFERENTES ATORES ATRAVÉS DA EXTENSÃO: O
CASO DO PRINAGEM**

**LAVRAS – MG
2023**

MARIA VIRGÍNIA MARTINS MATTAR

**A EXPERIÊNCIA DA APRENDIZAGEM COLABORATIVA
ENTRE DIFERENTES ATORES ATRAVÉS DA EXTENSÃO: O
CASO DO PRINAGEM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Lavras, como parte das
exigências do Curso de Administração Pública, para a
obtenção do título de Bacharel.

**Prof. Dra. Júlia Moretto Amâncio
Orientadora**

**LAVRAS-MG
2023**

MARIA VIRGÍNIA MARTINS MATTAR

**A EXPERIÊNCIA DA APRENDIZAGEM COLABORATIVA ENTRE DIFERENTES
ATORES ATRAVÉS DA EXTENSÃO: O CASO DA PRINAGEM**

**THE EXPERIENCE OF COLLABORATIVE LEARNING BETWEEN DIFFERENT
ACTORS THROUGH EXTENSION: THE CASE OF PRINAGEM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Lavras, como parte das
exigências do Curso de Administração Pública, para a
obtenção do título de Bacharel.

APROVADA em: 01 de março de 2023

Prof.^a Dr.^a: Júlia Moretto Amâncio - UFLA

Prof.^o Dr.^o: Gustavo Costa de Souza - UFRJ

Prof.^o Dr.^o: Renato Silverio Campos – UFLA (Suplente)

**Prof. Dra. Júlia Moretto Amâncio
Orientadora**

**LAVRAS-MG
2023**

RESUMO

O presente trabalho traduz-se acerca do viés interacionista da extensão universitária, como vetor de diálogo entre diferentes atores da sociedade. Nessa perspectiva, a extensão pode ser vista como uma prática relevante quanto à intervenção nas realidades sociais e propulsora de um cenário de aprendizagem colaborativa. Desse modo, a pesquisa ilustra a extensão através do Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal – PRINAGEM da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro (EG/FJP), no qual apresenta uma proposta de desenvolvimento de atividades e projetos relacionados a uma assessoria técnica à gestão municipal através da inter-relação entre a comunidade acadêmica e as prefeituras municipais. Objetiva-se, portanto, promover uma avaliação das experiências, desafios e contribuições do Programa à luz da perspectiva dos diferentes atores envolvidos, bem como identificar as implicações e potenciais da curricularização da extensão. E, assim, identificar como os modelos de ações colaborativas podem contribuir com a gestão municipal. A pesquisa possui caráter qualitativo e o aporte metodológico consistiu-se na análise descritiva e interpretativa dos dados coletados a partir de questionários estruturados aplicados aos atores participantes na 13ª edição do PRINAGEM, bem como através da realização de entrevista semiestruturada com os responsáveis pela execução do Programa. A análise dos resultados, à luz da experiência dos envolvidos, indicam as diferentes contribuições e implicações trazidas aos atores através da intervenção pontual do Programa, trazendo, sobretudo, um cenário de co-construção de conhecimentos. Evidencia-se, portanto, a necessidade de incentivo e aprimoramento da relação entre a universidade e os demais atores da sociedade, fortalecendo, assim, seu compromisso social.

Palavras-chave: Extensão. Gestão Municipal. Aprendizagem Colaborativa. Curricularização da extensão.

ABSTRACT

This work translates about the interactionist bias of university extension, as a vector of dialogue between different actors of society. In this perspective, extension can be seen as a relevant practice regarding intervention in social realities and driving a collaborative learning scenario. Thus, the research illustrates the extension through the Internship Program in Municipal Administration and Management - PRINAGEM of the School of Government Professor Paulo Neves de Carvalho of the João Pinheiro Foundation (EG/ FJP), in which it presents a proposal for the development of activities and projects related to technical advice to municipal management through the interrelationship between the academic community and the municipal prefectures. The objective is, therefore, to promote an evaluation of the experiences, challenges and contributions of the Program in the light of the perspective of the different actors involved, as well as to identify the implications and potential of the curricularization of the extension. And, thus, identify how collaborative action models can contribute to municipal management. The research has a qualitative character and the methodological contribution consisted in the descriptive and interpretative analysis of the data collected from structured questionnaires applied to the participants in the 13th edition of PRINAGEM, as well as through semi-structured interviews with those responsible for the implementation of the Program. The analysis of the results, in the light of the experience of those involved, indicate the difference through the punctual intervention of the Program, bringing, above all, a scenario of co-construction of knowledge. It is evident, therefore, the need to encourage and improve the relationship between the university and other actors in society, thus strengthening their social commitment. contributions and implications brought to the actors

Keywords: Extension. Municipal Management. Collaborative Learning. Curricularization of extension.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.1.1. – Levantamento das expectativas e desafios dos discentes, anterior à imersão....	11
Figura 1.1.2. – Atores sociais envolvidos.....	12
Tabela 3.1. – Percepções analisadas.....	23
Figura 4.2.1.- Dinâmica cíclica do Prínagem.....	26
Tabela 4.2.1 – Percepções analisadas 2.....	28

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROGRAMA.....	9
1.2. OBJETIVO GERAL.....	12
1.2.1.OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
1.3. JUSTIFICATIVA	13
2. MARCO TEÓRICO	15
2.1. A EXTENSÃO À LUZ DA APRENDIZAGEM COLETIVA	15
2.1.1.A EXTENSÃO SOB O VIÉS DO CONHECIMENTO	16
2.2. A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E O COMPROMISSO SOCIAL	17
2.3. A PRÁTICA ENTRE DIFERENTES ATORES SOB A ÓTICA DA GESTÃO SOCIAL.....	19
3. APORTE METODOLÓGICO	22
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	24
4.1. O SURGIMENTO DO PRINAGEM E A CURRICULARIZAÇÃO	24
4.2. PERCEPÇÃO ACERCA DOS DESAFIOS.....	26
4.3. PERCEPÇÃO DOS PRIMEIROS IMPACTOS DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	29
4.3.1.MOBILIZAÇÃO DOS ATORES	32
4.4. O PRINAGEM COMO UM DIFERENCIAL/POTENCIAL	32
4.5. RESULTADOS E CONTRIBUIÇÕES TRAZIDOS PELO PROGRAMA	35
4.6. PERCEPÇÕES ACERCA DE POSSÍVEIS MELHORIAS.....	37
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	45

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho traduz-se acerca do viés multifacetado da extensão universitária, como vetor de diálogo e interação de diferentes atores da sociedade. Nessa perspectiva, a extensão pode ser vista como propulsora da troca de saberes entre múltiplos atores e de diferentes tipos de ações e práticas que visam a intervenção na realidade social. A extensão é dada, portanto, como uma ação educativa de caráter libertador baseada em uma relação de dialogicidade, (FREIRE,1985). Apresentando, assim, um papel relevante como possibilidade inovadora de ação no que concerne às problemáticas sociais existentes em diferentes contextos. Compreendendo, sobretudo, a extensão como um dos pilares da Universidade acerca do seu compromisso social.

A extensão, através da sua concepção participativa e interacionista, pode apresentar resultados efetivos quando aplicada ao contexto da gestão municipal, por exemplo, como será apresentado no presente trabalho diante do Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal, (PRINAGEM), implementado no ano de 2016, pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, (FJP, Brasil), no qual encontra-se, atualmente, na 14ª edição.

Desse modo, o Programa citado diz respeito a uma proposta de desenvolvimento de atividades e projetos relacionados a uma assessoria técnica à gestão municipal através da interrelação entre a comunidade acadêmica e agentes públicos municipais, como servidores técnicos, secretários, prefeitos, etc. Logo, tal relação horizontal permite, segundo Tenório (2014), a construção de um conhecimento compartilhado que visa a superação da problemática social e viabiliza, sobretudo, um processo de criticidade entre os atores envolvidos.

Sendo assim, o programa de extensão universitária em questão visa enviar estudantes do curso de Administração Pública para permanecerem por um período de três a quatro semanas em determinados municípios mineiros desenvolvendo atividades de gestão, assessoria, processos e análise de políticas públicas. Nessa lógica, a extensão universitária busca promover uma troca de experiências e conhecimentos entre a comunidade acadêmica e a gestão municipal, através, segundo Freire (1985), da confrontação com a realidade e a problematização das relações homem-mundo mediante tal co-participação dos sujeitos nos processos dialógicos.

A extensão, portanto, pode proporcionar processos de aprendizagem colaborativa, nos quais podem apresentar-se como efetivos diante da complexidade vigente nas dinâmicas atuais da realidade repletas por inúmeros desafios sociais, nas quais exigem, cada vez mais, formas

multidimensionais de ações, (ANDION, 2021).

A priori, é feita uma contextualização geral do PRINAGEM, sua definição e procedimentos utilizados, bem como seus objetivos e resultados esperados. Em segundo plano, há o embasamento teórico, no qual propõe-se um referencial bibliográfico à luz das possíveis perspectivas inerentes à temática e ao objetivo analítico-reflexivo deste estudo.

Por conseguinte, há o aporte metodológico qualitativo para avaliar as implicações trazidas do Programa à luz da experiência dos atores. Posteriormente, evidencia-se a discussão dos resultados trazidos através de uma análise descritiva dos dados. Por fim, apresenta-se as conclusões obtidas no estudo através das análises teórico-analíticas efetuadas.

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROGRAMA

Diante da importância de se aproximar diferentes atores sociais para fortalecer a gestão municipal, o Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal - PRINAGEM foi implementado no ano de 2016 pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, (EG/FJP) e apresenta uma proposta de desenvolvimento de atividades e projetos relacionados a uma assessoria técnica à gestão municipal mediante a interrelação entre a comunidade acadêmica e agentes públicos municipais, como servidores técnicos, secretários, prefeitos, etc.

Nesse viés, o programa de extensão universitária objetiva enviar estudantes do curso de Administração Pública para permanecerem por um período de três a quatro semanas nos municípios designados desenvolvendo atividades de gestão, assessoria, processos e análise de políticas públicas.

Nessa lógica, a extensão universitária busca promover uma troca de saberes e vivências entre a comunidade acadêmica e a gestão municipal. Assim, as atividades de extensão convertem-se, sobretudo, em um meio oportuno de intervenção social, (NETO, *et al.*, 2012), diante do seu caráter de democratização do conhecimento e, sobretudo, o objetivo de contribuir com ações transformadoras, dado o confronto com a realidade social e suas demandas.

A assessoria técnica relatada consiste em um suporte em ações de planejamento, gestão e processos de políticas públicas, podendo citar como exemplo o estudo e proposição de melhorias de serviços, oficinas para servidores, secretários e conselheiros municipais; apoio à elaboração de leis orçamentárias e planos municipais; diagnóstico, mapeamento e proposição de melhorias de processos – licitação e compras, convênios e gestão de estoques; diagnóstico

da Gestão Municipal; aprimoramento dos fluxos de trabalho internos e dos serviços oferecidos à sociedade; elaboração de materiais instrucionais e cartilhas de orientação para servidores públicos municipais e comunidade atendida; carta de serviços das prefeituras para atendimento à população; dentre outros.

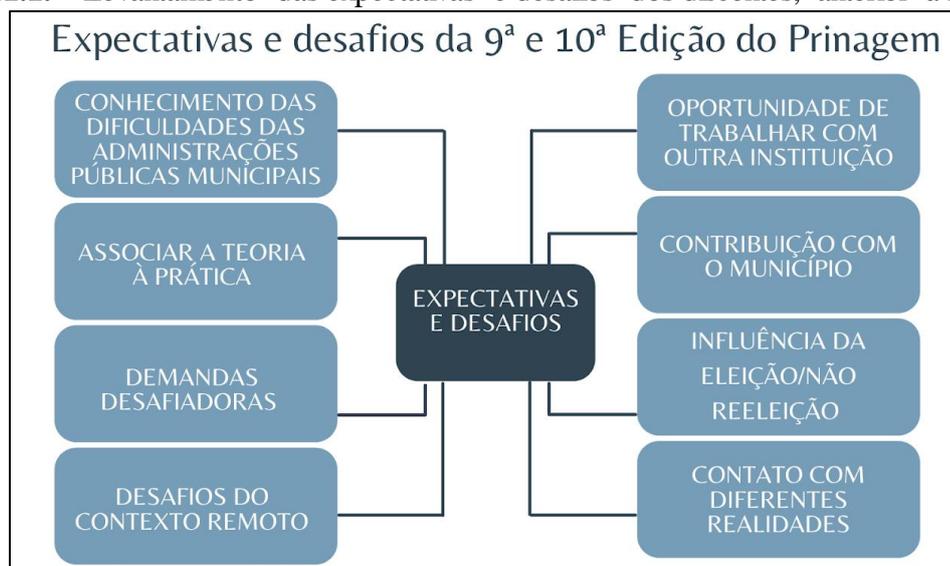
Sendo assim, evidencia-se que junto com os demais atores, os administradores públicos podem examinar com mais eficiência como eles lidam com os problemas, bem como avaliar os próprios serviços oferecidos à sociedade, visando, assim, aprimorá-los. Nesse contexto, evidencia-se, portanto, que a assistência técnica, segundo Freire (1985), só pode ser efetiva quando realizada à luz da ação e da reflexão, bem como através da compreensão crítica das implicações da própria técnica.

Em um primeiro momento, os municípios selecionados são consultados para apresentar suas demandas. Posteriormente, a partir da interação entre poder público e a respectiva equipe de extensão, há um diálogo no sentido de alinhamento do que será executado diante das demandas apresentadas, diante de diferentes pontos de vista e conhecimentos acerca de determinadas situações a partir das experiências vivenciadas. Nesse sentido, a partir do diálogo entre as partes envolvidas, são colocadas em prática uma série de atividades com vistas a resolver os problemas identificados. Desse modo, a prática implica em um compartilhamento de visões, interesses e ações na busca do bem comum, (TENÓRIO, 2006,2009).

O cronograma das atividades consiste em uma etapa anterior à imersão, em que são realizadas reuniões de alinhamento e um pré-diagnóstico, para que os alunos possam conhecer a realidade do município e da gestão com a qual irão trabalhar. Em seguida, já na 1ª semana os alunos entram em contato com a dinâmica e processos dos órgãos e secretarias do respectivo município, e assim é feito um planejamento do cronograma das atividades.

Por conseguinte, a 2ª semana é reservada para o desenvolvimento das atividades pactuadas, como a elaboração de diagnósticos, oficinas, etc. Logo, na 3ª etapa acontece o encerramento das atividades propostas, elaboração do relatório final que deverá ser entregue à administração municipal e, por fim, a pós-imersão, na qual os alunos elaboram a redação de um relato de experiência e apresentam-no no evento de trocas de experiências, que conta com a participação de todos os envolvidos no Programa, desde secretários municipais, prefeitos, até os reitores e/ou coordenadores das instituições de ensino envolvidas.

Figura 1.1.1. – Levantamento das expectativas e desafios dos discentes, anterior à imersão.



FONTE: Elaborado pela autora, 2023.

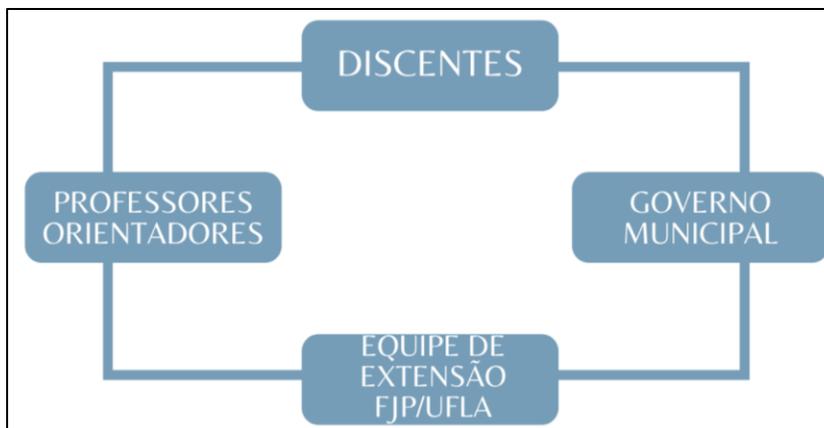
No ano de 2020, diante do cenário da pandemia do Covid-19, o programa teve que realizar uma adaptação ao cenário vigente e a realização das atividades foram desenvolvidas no formato remoto, o que por um lado constituiu um novo desafio, mas por outro permitiu maior capilaridade e interação entre universidade, organizações públicas e sociedade civil, bem como ampliou a visão dos responsáveis pelo Programa acerca das possibilidades de melhorias. Sob essa conjuntura, ressalta-se que no ano de 2020, houve a realização de um acordo de mútua cooperação entre as instituições de ensino EG/FJP e a Universidade Federal de Lavras (UFLA), para o desenvolvimento de projetos de extensão, ensino e pesquisa, o que possibilitou a participação de docentes e discentes da UFLA no Primagem no ano de 2021 de forma remota.

Nessa lógica, pretende-se explorar meios para que a cooperação iniciada a partir do Primagem ramifique em novas oportunidades para o desenvolvimento de iniciativas de longo prazo de aprendizagem cooperativa, que promovam a troca de experiências, a co-construção de conhecimentos, aliando teoria e prática nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Logo, o diálogo horizontal exercido diante da conciliação entre teoria e prática, proporciona, sobretudo, um descortinamento das estruturas socioculturais e políticas, (TENÓRIO,2014) vigentes, à luz da construção de uma percepção crítica da realidade.

A formulação da agenda do Primagem surge da interação, implementação e avaliação pelos atores envolvidos, sendo estes: representantes discentes extensionistas, Gerência de Extensão e Relações Institucionais da FJP, docentes orientadores, bem como servidores dos municípios trabalhados a cada edição. Dada a interação entre diferentes atores, (Figura 1.1.2.), essas etapas deixam claras as características de multiatorialidade do PRINAGEM, na qual dá

suporte às arenas discursivas e deliberativas em sociedades democráticas (BOULLOSA, 2020).

Figura 1.1.2. – Atores sociais envolvidos.



FONTE: Elaborado pela autora, 2023.

Nessa ótica, o PRINAGEM pode ser considerado uma intervenção pontual, que coloca em pauta diferentes perspectivas de professores, estudantes, pesquisadores, nos quais carregam o olhar de uma comunidade epistêmica, bem como também apresenta perspectivas dos servidores técnicos. Sendo assim, comunidades civis e autoridades públicas interagem uns com os outros, criando constelações de experiências, discursos e ações que se associam e se equilibram, se conjugam e se opõem, (CEFAÏ, 2017).

1.2. OBJETIVO GERAL

O presente trabalho visa discutir de forma analítica e reflexiva as experiências, implicações, desafios e contribuições obtidas no Programa de Administração e Gestão Municipal (Prinagem), à luz da perspectiva e experiência dos diferentes atores e da construção colaborativa de saberes através da inter-relação entre comunidade acadêmica e Poder Público local.

Desse modo, objetiva-se identificar como os modelos de ações colaborativas extensionistas podem contribuir com a gestão municipal e nas discussões acerca das políticas públicas e impactar, portanto, na resolução das questões públicas inerentes à realidade social. Assim, objetiva-se considerar a multiplicidade de perspectivas que incidem sobre um fenômeno, (FISCHER, 2016) em um contexto específico.

1.2.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Identificação dos potenciais das ações extensionistas em contextos municipais, bem como os desafios na implementação e os resultados gerados;
2. Apresentar as contribuições e implicações do Prinagem à formação dos discentes envolvidos;
3. Análise das possíveis melhorias na implementação do Programa e as novas oportunidades que este pode contribuir a longo prazo;
4. Contribuir com a disseminação de análises dos resultados, impactos e experiências da extensão, a fim de fomentar a expansão e o fortalecimento de programas, projetos e ações. Fomentar o debate acerca da curricularização da extensão, como uma das metas do Plano Nacional de Educação, (PNE-2014) e a discussão do papel da universidade quanto ao seu compromisso social.

Além disso, evidencia-se que o projeto também objetiva fortalecer, incentivar e contribuir, através das análises e reflexões efetuadas, com a implementação do Programa de Residência em Administração Pública, (PRAP) da Universidade Federal de Lavras (UFLA), no qual tem como objetivo promover projetos e iniciativas de extensão universitária de forma articulada com as atividades de ensino e de pesquisa efetuados no Departamento de Administração Pública (DAP), em cooperação com diversos agentes da sociedade, visando, sobretudo, proporcionar aos discentes uma imersão profissional, preparando-os para o mercado de trabalho, a partir de uma troca de saberes entre todos os atores sociais envolvidos (gestores/as, discentes, docentes e beneficiários/as dos programas sociais), tendo um caráter de pesquisa acadêmica aplicada e visando trazer resultados para o desenvolvimento local, (UFLA, 2021).

1.3. JUSTIFICATIVA

A pesquisa em questão traduz-se acerca da relevância quanto à contribuição efetiva dos programas de extensão à formação acadêmica dos discentes envolvidos, através da articulação da teoria à prática e a vivência profissional, bem como o potencial, segundo Freire (1985), de ação transformadora na realidade. Nesse viés, o trabalho busca evidenciar a relevância do papel da Universidade como corresponsável nos impactos da formação discente, bem como mediante

suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, que devem orientar-se, sobretudo, à difusão e democratização do conhecimento, à luz da cidadania e da busca contínua por uma sociedade por uma sociedade mais justa e igualitária.

Ademais, ressalta-se, assim, a função social das Instituições de Ensino Superior (IES) nas comunidades nas quais se inserem e as possíveis implicações do vínculo benéfico com os diversos atores sociais na construção de um conhecimento e na contribuição com a superação da problemática social, (TENÓRIO,2014). Nesse sentido, evidencia-se a plausibilidade de discussões e ações acerca das diversas formas de ações coletivas que visem o desenvolvimento social.

Por fim, apresenta-se a relevância de mobilização e aprimoramento da participação inclusiva e democrática da população no cenário nacional, diante de seus diferentes atores sociais, em instâncias decisórias de co-gestão do Estado, através, por exemplo, de conselhos de políticas públicas, ações coletivas, práticas extensionistas, etc.

2. MARCO TEÓRICO

2.1. A EXTENSÃO À LUZ DA APRENDIZAGEM COLETIVA

A Política Nacional de Extensão- PNE, elaborada no ano de 2012 pelo Fórum de Pró Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras – FORPROEX visa divulgar e contextualizar conceitos da extensão à luz de uma atual análise conjuntural, a fim de propor estratégias para a consolidação da prática extensionista, mediante princípios, diretrizes e objetivos, constituindo, assim, uma referência nacional para o debate sobre a Extensão Universitária e sua reconstrução e aprimoramento contínuos, (PNExt, 2012).

Conceitua-se, portanto, a extensão universitária:

“A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade”, PNExt, (2012, p.).

Segundo as diretrizes do Plano Nacional de Extensão - PNExt (2001), a extensão concerne à formação e desenvolvimento de uma interação dialógica entre a Universidade e outros setores da Sociedade, embasada pela troca de saberes e ação mútua, visando, sobretudo, uma atuação transformadora diante da realidade social. Sendo assim, a extensão universitária deve orientar-se a desenvolver ideias, práticas e ações intervencionistas, que possuam e reproduzam, relevância em determinado contexto social e alinhem-se com as necessidades e interesses da comunidade, mediante a articulação benéfica de diferentes atores.

Nessa concepção, a extensão pode ser vista como comunicação de saberes, na qual segundo Gadotti, (2017), fundamenta-se nas premissas de como se aprende e como se produz um conhecimento acadêmico democratizante, de forma que este possa ser igualmente, uma produção científica, tecnológica e cultural enraizada na realidade. Dessa forma, como pressupõe a diretriz de Interação Dialógica do PNExt, (2012), não se trata de estender à sociedade e difundir o conhecimento acumulado pela Universidade, mas de produzir, em interação e em conjunto com a sociedade, um conhecimento novo, que contribua para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, (PNExt, 2012), voltado, sobretudo, para uma maior inserção na realidade sociopolítica.

Dessa forma, como pressupõe o FORPROEX, (1987), a extensão é dada como uma via de mão-dupla, onde, por um lado, a comunidade acadêmica tem a oportunidade da execução

prática do conhecimento adquirido nas instituições e, ao mesmo tempo, estes atores da comunidade acadêmica podem retornar tal conhecimento reflexivo e enriquecido diante dessa experiência com a comunidade.

Sendo assim, esse fluxo, que pressupõe a troca de saberes sistematizados, acadêmicos e popular, pode resultar em uma produção de conhecimento oriunda do confronto com a realidade brasileira e regional, assim como com a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade, (FORPROEX, 1987) e vice versa, uma vez que as instituições possuem uma função social primordial no contexto que estão inseridas e quanto à sociedade civil implicada em tal contexto.

Os desafios atuais acerca da consolidação das práticas extensionistas dizem respeito à superação de uma visão unicamente academicista da universidade, a fim de que ela consiga sair de seus muros e integre, interdisciplinarmente, os saberes de diferentes públicos. No entanto, a extensão, segundo Gadotti (2017), não deve ser vista apenas como uma prestação de serviços extramuros, mas sim como uma prática inovadora e transformadora efetuada pela universidade. Desse modo, tais instituições, devem ser reconhecidas pelo caráter das atividades de extensão vinculadas à interação com as comunidades locais e embasadas pelo compromisso com as demandas locais, visando, portanto, a justiça social. Sendo assim, a extensão universitária deve transitar do papel de divulgadora do conhecimento científico para um papel mais proativo, visando priorizar atividades que possibilitem a transformação social, (ALBRECHT; BASTOS, 2020).

2.1.1. A EXTENSÃO SOB O VIÉS DO CONHECIMENTO

A extensão, segundo Freire (1985), apresenta-se como uma ação educativa de caráter libertador, e não está relacionada a uma transferência ou “depósito” de saberes, mas sim a uma relação de dialogicidade, na qual implica uma prática reflexiva mediante as relações homem mundo. Nesse contexto, o autor defende que o conhecimento exige, sobretudo, que o sujeito ativo assuma uma posição indagadora de confronto à sua realidade, visando, assim, uma ação transformadora no meio. O processo de aprendizagem se desenvolve, assim, à medida que os atores reinventam o que foi aprendido e são capazes de aplicá-los às situações existenciais concretas.

O conhecimento, nessa lógica, não deve, imprescindivelmente, negar a sua dimensão de ação e reflexão e tornar-se estático, mas sim marcado pela co-participação dos sujeitos nos

processos interacionistas de aprendizagem e, sobretudo, acerca da possibilidade de ampliar a consciência crítica da realidade na qual estão inseridos. Desse modo, qualquer empenho quanto à educação popular, está na qual pode ser difundida através da extensão, deve possuir o objetivo central de possibilitar que os sujeitos aprofundem a tomada de consciência da realidade na qual estão mediante a problematização das relações homem-mundo, (FREIRE, 1985).

Sendo assim, o aprendizado se constitui através das relações sociais dialéticas marcadas pela intercomunicação, à luz de uma percepção crítica da realidade. Logo, no cenário de busca e imersão na situação problemática de forma coletiva, segundo Freire (1985), novos caminhos vão se abrindo para a compreensão do objeto de análise aos demais sujeitos.

Evidencia-se, nessa perspectiva, a relevância de diferentes pontos de vista e tipos de conhecimentos acerca de determinadas situações para o processo de aprendizado, podendo, assim, trazer soluções mais inovadoras e efetivas aos problemas vivenciados. Dessa forma, tais saberes apresentam, portanto, segundo Tenório (2014), uma efetiva complementaridade acerca das informações geradas nesse processo, diante das experiências educacionais de cunho teórico prático desenvolvidas.

Além disso, em suma, diante das premissas de Freire (1985), que o quanto mais o ator em sua prática reflexiva, se aproxima e imerge na realidade objetiva e desafiadora, através de uma experiência coletiva, mais ele a compreende, a conhece e, conseqüentemente, pode transformá-la. Há, portanto, uma relação de interdependência com o meio, na qual o homem encontra-se cercado pelo resultado das suas próprias ações. Logo, as práticas extensionistas podem permitir, sobretudo, através do processo de aprendizagem, a compreensão do indivíduo acerca do seu lugar social no processo contínuo de (re)constituição da sociedade em que está inserido, (TENÓRIO,2014).

2.2. A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E O COMPROMISSO SOCIAL

Diante da aprovação da Lei 13.005 no ano de 2014, na qual diz respeito ao Plano Nacional de Educação (PNE), este prevê em sua meta 12.7: "Assegurar a computação de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social" (PNE, 2014), referindo, assim, à denominada curricularização da extensão, na qual tal meta refere-se à apresentação das orientações, considerações e deliberações que visem a inserção das atividades de extensão como curriculares.

A regulamentação da extensão emerge em dezembro do ano de 2018, através da Resolução N°7 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) vinculado ao Ministério da Educação (MEC), na qual tal normativa dispõe acerca das diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201 referente ao Plano Nacional de Educação (PNE-2014-2024). Nesse viés, tal legislação prevê em seu artigo quarto, que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, nas quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos (MEC, 2018), através de modalidades como projetos, programas, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços.

O artigo quinto da presente resolução prevê quanto à prática da extensão:

“I- A interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular. “, (MEC/CNE, 2018, p.2).

Segundo Gadotti (2017), a curricularização está vinculada à incorporação nos currículos a dinâmica da extensão que propicie o diálogo entre saberes e conhecimentos disciplinares dos cursos universitários e as questões mais amplas intrínsecas à sociedade. Sendo assim, a questão central das práticas deve sempre orientar-se ao aprimoramento e fortalecimento das relações entre Universidade e setores da sociedade, visando, sobretudo, a superação do discurso da hegemonia acadêmica historicamente presente, (FORPROEX, 2001), no qual, muitas vezes, são excludentes e se distanciam da realidade e das demandas da comunidade. Buscando, assim, superar uma visão linear e fragmentada do currículo e promover uma visão integrada, global e emancipatória do conhecimento, (GADOTTI, 2017), reforçando, assim, o papel inclusivo e democratizante da prática extensionista.

Desse modo, a extensão enquanto uma política pública que fomenta a articulação e aproximação entre diferentes atores, pode representar uma via de troca mútua interdisciplinar entre universidade e sociedade, através da inserção dos estudantes e professores em tais atividades curriculares institucionais orientadas à comunidade externa à universidade. Nesse viés, Freire (1969) argumenta acerca da coparticipação dos sujeitos no ato de pensar, que se dá através da comunicação, o que pode ser vinculado a questão da superação do foco meramente na difusão de conhecimento acadêmico para uma inserção maior na realidade, através de um papel mais proativo e crítico.

A universidade apresenta-se como um relevante ator nas dinâmicas da sociedade e possui, assim, uma função socio-institucional inerente a sua natureza, na qual ela deve viabilizar e incentivar ações e estratégias para a efetiva execução de tais deveres. Nessa lógica, a devida articulação da tríade ensino, pesquisa e extensão pode mobilizar esforços e competências que possibilitem novas alternativas e caminho para o fortalecimento da sociedade através do viés co-participativo e reflexivo dessas práticas. Desse modo, as práticas de extensão apresentam-se como um meio oportuno à intervenção social, (NETO, *et al.* 2012)

Apresenta-se, portanto, o compromisso social da universidade, no qual diz respeito a sua fundamental responsabilidade acerca do interesse coletivo. Nesse sentido, a figura mais expressiva dessa finalidade apresenta-se na dimensão da extensão, (NETO, *et al.*,2012), na qual pode ser vista como um importante mecanismo de cumprimento dessa função social, uma vez que tal prática permite, segundo Freire (1985), a confrontação com o mundo como a fonte verdadeira de conhecimento, através das relações homem-mundo e da problematização crítica, visando, assim, a ação transformadora.

Diante do compromisso social da universidade acerca da contribuição com o atendimento às demandas sociais latentes, a extensão emerge como uma prática que visa aproximar diferentes atores em uma relação cooperativa e dialógica visando a intervenção na realidade social.

2.3. A PRÁTICA ENTRE DIFERENTES ATORES SOB A ÓTICA DA GESTÃO SOCIAL

Ao apresentar a interrelação entre a gestão municipal e a comunidade acadêmica através da extensão, mediante o exemplo do Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal (Prinagem) apresentado, é inevitável, portanto, não tratar a concepção de gestão social. O conceito de gestão social apresenta-se, segundo Tenório (2012), como um processo gerencial dialógico e horizontal entre diferentes sujeitos sociais na busca do bem comum.

A gestão social, quanto à dimensão dos processos metodológicos, pressupõe uma transferência da gestão centralizada, por exemplo, no executivo municipal e legislativo para um modelo de gestão descentralizado, em que diferentes grupos que formam o contexto local interajam com o poder público em prol da comunidade. Dessa forma, a gestão social permite ao ambiente organizacional uma posição de exercício de cidadania e participação coletiva e organizada em que todos possuem direito à fala, (NETO, *et al.*, 2012).

No que concerne à dimensão organizacional da gestão social, evidencia-se que, à luz da concepção de interorganização, segundo Cançado e Pereira (2010 *apud* NETO, *et al.*, 2012), a cooperação entre organizações distintas se faz pela complementaridade, a partir da mescla e complexidade dessas relações. As interorganizações, são espaços plurais constituídos por diferentes organizações, integradas por propósitos comuns, onde tal associação se desenvolve pela complementaridade, ou seja, pela busca do diferente que possa cooperar para se atingir um resultado, (FISCHER, 2012). Desse modo, são formadas importantes redes e conexões acerca de uma relação de interdependência, a fim de alcançar objetivos voltados ao bem comum, segundo a ótica da gestão social.

Sendo assim, a competência quanto aos processos decisórios é compartilhada pelos participantes diante de uma ação coletiva e interdisciplinar, a fim de identificar e contribuir com a problemática social. A gestão social visa, portanto, contrapor-se à dimensão mais unilateral, verticalizada, e meramente tecnoburocrática da gestão estratégica.

Diante do caráter participativo e reflexivo da gestão social, esta relaciona-se diretamente à extensão universitária e pode ser desenvolvida por tal prática, uma vez que estas convergem se quanto ao processo de aprendizagem fundamentado no diálogo e no trabalho conjunto com a comunidade, considerando os diferentes saberes e a autonomia dos sujeitos ativos, nos quais são capazes de estabelecer, sobretudo, uma relevante troca de informações nesse cenário colaborativo. Logo, a gestão social adquire sentido como prática ao ser desenvolvida pela extensão universitária, (TENÓRIO, 2014).

A concepção de extensão universitária orienta-se pela aprendizagem baseada no diálogo entre o conhecimento acadêmico e o contexto sociocultural, propiciando, assim, um intercâmbio de saberes com a população e, por conseguinte, viabilizando um processo de criticidade entre os atores sociais envolvido, (TENÓRIO,2014).

A gestão social se concretiza, segundo o autor, desde que os indivíduos participantes se apresentem como sujeitos ativos, nos quais admitem sua validade e autonomia nesse processo de aprendizagem mútua e em conjunto desenvolvem alternativas que atendam o interesse coletivo. Nesse sentido, através da consciência do seu lugar social no processo histórico pelos atores, tal diálogo horizontal permite, segundo Tenório (2014), a problematização das estruturas socioculturais e políticas vigentes e propicia, sobretudo, uma possível libertação individual mediante a construção de um olhar crítico.

Desse modo, a gestão social pode ser devidamente utilizada para embasar as práticas extensionistas, uma vez que tal modelo orientado, sobretudo, pela prática inclusiva, plural e

igualitária embasada em uma relação dialógica entre diferentes atores, (TENÓRIO,2014), está diretamente vinculado ao objetivo central da extensão no que concerne ao fortalecimento do diálogo e da relação co-participativa entre universidade e comunidade.

3. APORTE METODOLÓGICO

A pesquisa traduz-se acerca de uma abordagem qualitativa e teórico-empírica. Sendo assim, a priori, é feito um embasamento teórico acerca das dimensões da extensão, a fim de embasar a discussão e, sobretudo, atingir os objetivos da pesquisa.

A princípio, objetiva-se identificar as diferentes experiências e perspectivas dos atores envolvidos na 13ª Edição do Prinagem, realizada em Junho de 2022, mediante a participação de oito municípios mineiros, sendo eles: Itamarandiba, Santa Maria de Itabira, Contagem, Barão de Cocais, Itabira, Lagoa da Prata, Bom Despacho e Dom Silverio, envolvendo, assim, diferentes servidores desses municípios, como por exemplo chefes de gabinete, procurador geral, secretários, diretores, entre outros. Dessa forma, a 13ª Edição contou com a participação de 18 discentes, sendo duas duplas no município de Contagem e as outras sete duplas em cada um dos demais municípios. Além disso, o Programa contou em tal edição com a participação de quatro docentes orientadores da instituição, nos quais são responsáveis por orientar e auxiliar os alunos e são apresentados como facilitadores da aprendizagem.

Assim, apresenta-se o cenário de interrelação entre os servidores municipais dos respectivos municípios participantes com a comunidade acadêmica, sendo pertencentes desta os discentes extensionistas e docentes orientadores.

Desse modo, apresenta-se uma análise descritiva dos dados obtidos em questionários estruturados aplicados após o encerramento do Programa em sua última edição realizada, a fim de debater sob um viés crítico-descritivo os possíveis potenciais, desafios, oportunidades e, sobretudo, propiciar um compilado de dados e saberes que possibilitem a reflexão acerca da prática extensionista. Além disso, vale ressaltar a questão relacionada a uma observação participante, dada a presença como discente no Programa no ano de 2021, dada as duas edições realizadas neste ano em conjunto com a Universidade Federal de Lavras (UFLA).

Posteriormente, a partir do embasamento bibliográfico, efetua-se uma entrevista semiestruturada com a responsável pela Gerência de Extensão e Relações Institucionais (GERI) da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro (FJP, Brasil). Desse modo, objetiva-se identificar os processos e desafios encontrados, bem como os resultados obtidos, diante da implementação da curricularização da extensão. Assim, objetiva-se trazer um arcabouço de percepções empíricas e informações relevantes ao debate atual acerca da curricularização da extensão. Dessa forma, o trabalho visa analisar e debater as diferentes dimensões, perspectivas e atores que o PRINAGEM engloba, conforme apresentado a seguir:

Tabela 3.1. – Percepções analisadas:

DIMENSÃO	PERSPECTIVA	ATORES ENVOLVIDOS
PRÁTICA	<ul style="list-style-type: none">- Impactos da curricularização da extensão.- Contribuições na formação dos discentes.	Comunidade acadêmica (docentes orientadores e discentes extensionistas).
ORGANIZACIONAL	<ul style="list-style-type: none">- Possibilidade de estreitamento de parcerias entre diferentes organizações.- Possíveis melhorias na implementação do Programa- Ramificação de novas oportunidades através do Programa.	Comunidade acadêmica e a Gestão Municipal.
SOCIAL	<ul style="list-style-type: none">- Contribuições oferecidas à gestão pública municipal através das ações realizadas.- Práticas colaborativas como forma de co-construção de conhecimento e intervenção na realidade social.	Gestão Municipal e Sociedade.

FONTE: Elaborado pela autora, 2023.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, objetiva-se trazer à discussão, os resultados obtidos a partir da entrevista semiestruturada efetuada com a coordenadora da Gerência de Extensão e Relações Institucionais (GERI) da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (EG/FJP), instituição responsável pela execução do Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal (Prinagem). Além disso, apresenta-se uma análise descritiva acerca dos questionários aplicados aos discentes e aos servidores dos oito municípios envolvidos na 13ª Edição do Programa.

Desse modo, à luz do embasamento teórico e diante da experiência trazida pela Gerência de Extensão e os demais atores envolvidos, objetiva-se analisar as diversas faces da implementação da curricularização da extensão a partir do surgimento do Programa, as questões da interface entre comunidade acadêmica e gestão municipal, bem como as experiências, desafios, e contribuições trazidas aos diferentes atores envolvidos no Programa.

4.1. O SURGIMENTO DO PRINAGEM E A CURRICULARIZAÇÃO

No que tange ao surgimento do Programa no ano de 2016, evidencia-se que este surgiu de uma forma mais básica em sua fase inicial de implementação, diante das condições existentes naquele período, especialmente nas duas primeiras edições realizadas no primeiro ano, onde estas se deram de forma mais informal, sem a chamada oficial para os municípios e sem a devida estrutura financeira aos estudantes, por exemplo, bem como também foram feitas apenas diante da manifestação dos interesses pelos estudantes de trabalharem em determinados municípios mineiros.

Nesse sentido, o Programa surge diante da latente necessidade de aproximação e desenvolvimento de atividades de imersão e conexão dos estudantes com diferentes atores, através da experiência de contato e articulação com diferentes grupos fora da universidade, podendo estabelecer, assim, aprendizagens mútuas entre a gestão municipal e a comunidade acadêmica.

Desse modo, a coordenadora destaca, sobretudo, que o Programa passa por um processo gradativo para chegar no arranjo que possui no contexto atual, através de diversos procedimentos de estruturação que visam, portanto, apresentar, cada vez mais, explicitamente, qual a proposta do projeto aos municípios, bem como qual o real papel do Programa e dos atores envolvidos.

A partir da consolidação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) publicadas em 2014 quanto às diretrizes do Curso de graduação de Administração Pública, a instituição retratada efetua uma reforma no currículo, a fim de efetivar a curricularização da extensão, mediante a consideração da relevância da elaboração de uma proposta de atividades que envolveriam o estudante saindo da sua instituição e indo para outro município mineiro ter uma experiência prática com diferentes atores que vivenciam o dia a dia da gestão municipal.

No entanto, pode-se dizer que tal atividade, para a instituição, apresenta-se, sobretudo, muito além de meramente a associação da teoria à prática e a aplicação de tais conhecimentos, uma vez que a proposta emerge no sentido da troca de experiências e articulação entre diferentes atores, a fim de propiciar um cenário de aprendizagem mútua. Possibilitando, assim, que os sujeitos aprofundem sua tomada de consciência acerca da realidade na qual estão inseridos, (FREIRE,1985).

O surgimento do Prinagem no ano de 2016, antecede a Resolução nº7 do ano de 2018, que estabelece as diretrizes para a Extensão da Educação Superior Brasileira (MEC,2018), na qual tal normativa prevê a obrigatoriedade de inserção de atividades de extensão no currículo. Assim, o Programa apresenta-se pioneiro e como um precursor das demais atividades de extensão da instituição. Nesse contexto, a coordenadora relata que o Programa, já inserido anteriormente no currículo, ajudou o desenvolvimento e a reflexão acerca de possíveis estratégias para as outras atividades de extensão que estão dentro do currículo. Considera-se, portanto, uma experiência anterior que impulsionou o amadurecimento da curricularização como um todo, e também a buscar, sobretudo, compreender qual é o lugar da extensão.

"Ir realmente lapidando esse entendimento da extensão como o contato com outros grupos fora da universidade, essa busca desse retorno. São variados os conhecimentos que o estudante pode ter e precisa ter com a extensão, para uma formação cidadã [...]“, (OLIVEIRA,2023).

Dessa forma, a coordenadora retrata que o Prinagem, diante da sua individualidade, os desafia a não ser, por exemplo, somente um estágio no município, bem como apenas uma atividade complementar, entre outros. Isto é, a instituição preza por prestar atenção se os estudantes realmente estão vivenciando como uma experiência completa de extensão, na qual diz respeito a uma experiência inclusiva, plural e igualitária baseada em uma relação dialógica entre diversos atores, (TENÓRIO, 2014).

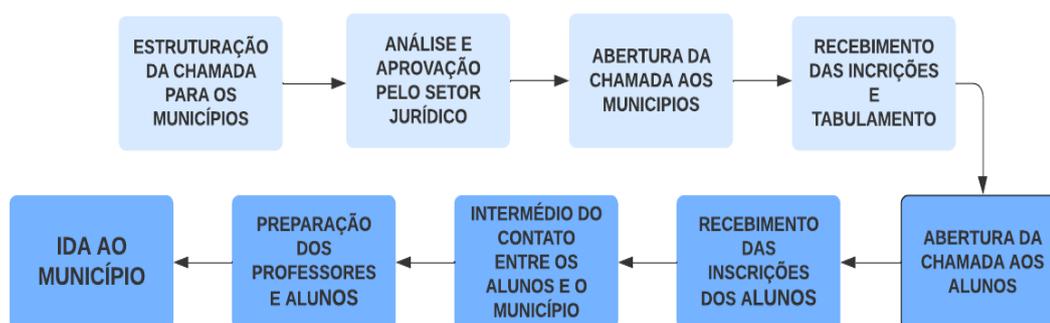
4.2. PERCEPÇÃO ACERCA DOS DESAFIOS

Para a execução efetiva do Programa, é necessária uma mobilização dos envolvidos e a devida estruturação. Entretanto, tal execução apresenta alguns desafios, sendo alguns vinculados ao período inicial de implementação do Programa em meados de 2016, visando, sobretudo, a sua consolidação ao longo das edições, bem como algumas questões que permeiam, muitas vezes, no próprio desenvolvimento e na dinâmica do Programa ainda no contexto atual. Desse modo, pode-se dizer que os desafios apresentam-se tanto acerca de questões administrativas, quanto às questões operacionais e práticas da própria dinâmica do Programa, como por exemplo o período dado para a execução, o alinhamento com as demandas das prefeituras e suas rotinas, entre outros.

No que concerne às questões administrativas, a princípio, apresentou-se um desafio quanto ao estabelecimento efetivo dos processos gerenciais, mediante o necessário aprimoramento e adaptação a cada edição realizada. Nessa lógica, algumas estratégias foram adotadas, gradativamente, para a otimização dos processos, como por exemplo, a aprovação e adoção da Minuta Padrão do Acordo de Cooperação com o município, na qual otimizou, assim, os trâmites dos procedimentos jurídicos necessários. Logo, a Gerência de Extensão enfrentou alguns desafios no início até chegar em um desenho de processos que tivesse um fluxo e continuidade.

Nesse sentido, como o Programa é realizado semestralmente, os processos administrativos permeiam, basicamente, durante todo o ano, nos quais formam, sobretudo, uma espécie de ciclo do Prinagem. Dessa forma, é necessária uma estruturação devida, muitas vezes desafiadora, para que a execução do Programa ocorra mediante diversas fases, conforme ilustra a seguir:

Figura 4.2.1. - Dinâmica cíclica do Prinagem:



FONTE: Elaborado pela autora, 2023.

Já no que diz respeito aos desafios intrínsecos à dinâmica do Programa, apresenta-se a questão de alinhar e construir colaborativamente com o município qual atividade vai ser realizada. Sendo assim, a coordenadora ressalta a dificuldade dos municípios em tangibilizar ou trazer de forma integral o que gostariam que fosse feito naquele período.

“Então, é de fato, uma construção, e que exige diálogo, e uma participação dos alunos e dos professores orientadores, para construir com os municípios o que nós vamos fazer em quatro semanas [né]“, (OLIVEIRA, 2023).

Desse modo, evidencia-se que os municípios acabam, muitas vezes, enxergando no projeto mais como uma assessoria de gestão, de planejamento, entre outros processos gerenciais. Nesse sentido, eles não conseguem pensar, em grande parte, acerca de possíveis melhorias na implementação de políticas públicas, por exemplo, o que poderia trazer um retorno relevante no que tange ao interesse social. Sendo assim, com a presença de estudantes do curso de administração pública, o município traz, ou consegue expressar, em geral, demandas mais ligadas à gestão de processos.

Diante das demandas apresentadas e, portanto, o alinhamento dos atores, estes precisam identificar e compreender o que realmente precisa ser feito e refletirem de forma coletiva nos possíveis caminhos, através de diálogo e cooperação. Desse modo, o conhecimento, segundo Freire (1985), emerge nas relações dialéticas com a realidade através da co-participação dos sujeitos e da problematização. Logo, apresenta-se o relevante processo de discussão de como se dará a estruturação e o desenvolvimento do passo a passo do que será executado nas quatro semanas, a fim de que o Programa tenha início, meio e fim.

Para os municípios, mediante os questionários analisados, estes também expressam o viés desafiador do Programa acerca do curto prazo de execução.

No entanto, ainda que apresentada como um desafio, a Gerência considera tal questão da construção colaborativa como um dos grandes aprendizados do Programa aos alunos envolvidos. Sendo assim, no que concerne à questão do desafio da construção do que vai ser efetuado naquelas quatro semanas, ainda que com os devidos planejamentos, reuniões, relatórios, entre outros, o Programa não se propõe, portanto, a ter uma resposta acabada e concreta do que será feito com exatidão no período estabelecido, uma vez que o Programa considera, sobretudo, que a proposta da extensão é, justamente, um processo mais aberto de aprendizagem. Portanto, o diálogo consciente e horizontal é fundamental para que os atores sociais em conjunto desenvolvam alternativas que beneficiem o coletivo (TENÓRIO, 2014).

Quanto aos alunos, mediante a análise dos questionários aplicados após a última edição

do Programa, estes expressam alguns desafios relacionados à conciliação entre as entregas que o Programa exige, como diferentes relatórios semanais, elaboração do produto final, etc, com as demais atividades da graduação, especialmente, porque os discentes, na maioria das vezes, participam do Programa mais no final do curso.

Ademais, uma outra concepção relevante intrínseca ao Programa, que também pressupõe desafios, diz respeito à questão das dinâmicas vigentes nas rotinas da gestão municipal e a efemeridade na qual as coisas se desenvolvem nesta. Dessa forma, nas prefeituras, por exemplo, as rotinas apresentam-se muito dinâmicas, nas quais os servidores estão, muitas vezes, resolvendo, por exemplo, urgências corriqueiras e lidando com diferentes tipos de situação a cada dia.

Nessa lógica, para um melhor aproveitamento do Programa, vale ressaltar que é necessário, sobretudo, naquele período de execução, que os municípios se engajem e mobilizem seus servidores, sendo, por exemplo, necessária uma certa estruturação daquelas rotinas da gestão para receber os alunos extensionistas. Nesse sentido, a instituição tenta mobilizar o município acerca do investimento efetuado acerca da dupla de alunos que vai ao município, para um aproveitamento daquele custo gerado, que, muitas vezes, pode ser uma despesa significativa para municípios com arrecadações mais baixas, por exemplo.

Assim, tal questão culmina em uma variável externa à condição Gerência de Extensão no que tange à previsão e o controle de como será, por exemplo, a situação da receptividade dos alunos no município e o engajamento da gestão municipal quanto ao Programa, o que pode configurar alguns impasses durante a execução. No entanto, vale ressaltar, que tal questão está vinculada ao que o Programa se propôs enquanto metodologia e, assim, não é considerado um problema do Prinagem, é visto, portanto, segundo Oliveira (2023), como um desafio que a instituição possui consciência e visa trabalhar acerca dele, e, diante disso, tentar a melhor experiência possível.

Diante do exposto, apresenta-se uma tabela de síntese quanto à percepção dos desafios à luz da experiência dos atores:

Tabela 4.2.1 – Percepções analisadas 2

DIMENSÃO	ATORES ENVOLVIDOS	CONTEXTUALIZAÇÃO
Administrativa	Gerência de Extensão e Relações Institucionais (GERI).	- Dinâmica de estruturação durante o ano para a execução do Programa; processos administrativos, trâmites jurídicos, etc.

<p>Prática</p>	<p>Prefeituras municipais, discentes extensionistas, professores orientadores e a GERI.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Alinhamento com a gestão municipal acerca das entregas. - Organização diante do curto prazo de execução do Programa. - Mobilização e engajamento dos servidores; receptividade dos alunos - Rotinas dinâmicas das prefeituras - Dificuldade da gestão municipal em tangibilizar suas demandas mais vinculadas às políticas públicas.
-----------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

FONTE: Elaborado pela autora, 2023.

4.3. PERCEPÇÃO DOS PRIMEIROS IMPACTOS DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Diante da pesquisa realizada, evidencia-se, sobretudo, que a curricularização abriga diversas faces e desdobramentos. Por um lado, a lógica da curricularização traz consigo uma abrangência, dado que anteriormente não se atingia todos os estudantes, visto que era algo opcional. Entretanto, a Gerência enxerga como um desdobramento da curricularização a questão da extensão entrar, muitas vezes, como retrata a entrevistada, em uma lógica mais vinculada à escolha racional do ser humano, na qual os discentes, muitas vezes, se organizam para poder participar das atividades durante a graduação, especialmente, a partir da metade do curso, nas quais estão inseridas como componentes obrigatórios no currículo. A curricularização visa, sobretudo, superar uma visão linear e fragmentada do currículo e promover uma visão integrada, global e emancipatória do conhecimento, (GADOTTI, 2017)

Desse modo, ainda que com tal desdobramento, o Programa enxerga que a curricularização garante que todos os estudantes, mesmo aqueles que de início não tiveram muito interesse, passem pelas mesmas experiências daqueles que se voluntariaram. Desse modo, não só aqueles discentes que se prontificaram a participar, mas aqueles que efetuaram mais por estar no currículo, acabam, por fim, percebendo a importância do desenvolvimento de atividades extensionistas com os municípios. A extensão pode ser vista, assim, como um relevante mecanismo que possibilita a universidade cumprir sua função social, (NETO, *et al.*,2012).

Sendo assim, os primeiros efeitos notados dizem respeito ao retorno positivo dos

estudantes acerca de um olhar mais amplo sobre o Governo do Estado, especialmente no curso de Administração Pública da instituição, na qual já possui um vínculo para o trabalho no Governo do Estado. Nesse sentido, apresenta-se uma experiência enriquecedora para os estudantes quanto à vivência na realidade dos municípios mineiros e suas dinâmicas, a fim de que esses alunos desenvolvam um senso de coletividade mais amplo ao, por exemplo, representar efetivamente os municípios mineiros, diante de seus problemas públicos nas instâncias estaduais futuramente. Portanto, a construção crítica dos sujeitos emerge, conforme Tenório (2014), pelo exercício de aplicar o saber acadêmico levando em consideração o contexto sociocultural.

Nessa lógica, a coordenadora retrata que uma questão direta da curricularização é, portanto, permitir que todos os estudantes vivenciem as experiências proporcionadas por tais extensões, nas quais foram pensadas, sobretudo, segundo Oliveira (2023), para que os discentes ampliem sua visão acerca do Estado de Minas Gerais em seus mais diversos contextos e de sociedade como um todo. Assim, os estudantes agregam à sua formação profissional e social diferentes vivências que são relevantes para o exercício no serviço público estadual, bem como em sua percepção crítica e cidadã formação crítico-cidadã. Logo, as diversas possibilidades de relações entre a universidade e outros atores sociais permitem oportunidades de desenvolver um exercício para a habilitação ao exercício da cidadania, (NETO, *et al.*, 2012), através de uma relação de criticidade e troca de experiência.

[..] é estar ali com um olhar que a extensão permite a gente ter, de trocar, de ouvir, de entender as perspectivas das pessoas sobre determinados fenômenos, e você tentar fazer essas construções com o currículo do curso” [...], (OLIVEIRA,2023).

Na perspectiva dos atores externos à comunidade acadêmica, nota-se um anseio à maior aproximação, bem como um maior conhecimento desses atores, como por exemplo, acerca de políticas estaduais instituídas do governo de Minas para os municípios, possíveis oportunidades, entre outros.

Desse modo, essa espécie de ponte efetuada pelo Programa, pode trazer ao município oportunidades para além do que ele estava enxergando. Sendo assim, a partir da problematização, segundo Freire (1985), novos caminhos de compreensão do objeto são abertos quanto à análise aos demais sujeitos. Nesse viés, ilustra-se a seguir a percepção de uma servidora de um dos municípios participantes do Programa:

“Tivemos uma experiência incrível, uma troca de conhecimento que nos fez enxergar inúmeras possibilidades de inovação na administração pública municipal”.

Ainda que o possível impacto do Programa possa não ser efetuado, de forma direta, no município, este é dado como uma contribuição do ponto de vista do Poder Público Local buscar estratégias de gestão, bem como de saber onde procurar alternativas, etc. Logo, a partir daquele breve contato nas quatro semanas de execução do Programa, este permite, sobretudo, que o município descubra e considere outras possibilidades anteriormente desconhecidas, e, assim, a gestão pode deter maiores chances de contatos e articulações, bem como possíveis caminhos e soluções para suas questões. Pode-se dizer, assim, que o Programa propicia conexões e sugestões que podem ser importantes para o município. Nesse sentido, ilustra-se tal percepção diante da fala de um servidor municipal:

“Os estudantes atenderam objetivamente o objeto delimitado de maneira que os produtos entregues servirão de ponto de partida para o aperfeiçoamento do serviço municipal na área escolhida” - Participante 3.

Quanto aos atores externos, a instituição considera, portanto, que, diante da fundamental interdependência entre diferentes atores intrínseca à dinâmica da curricularização, esta fez com que tais atores, especialmente aqueles vinculados às gestões municipais, pudessem ampliar suas perspectivas acerca de seu papel e potencial juntamente à Universidade neste processo de construção social e troca a partir da extensão. Dessa forma, a extensão pode, segundo Neto *et al.* (2012), promover a universidade enquanto um bem público, democratizando-a de fora para dentro e, sobretudo, fortalecendo seu compromisso social.

E, assim, os atores sociais passam a considerarem-se como verdadeiros co-participantes nesse cenário colaborativo e, sobretudo, como parceiros fundamentais das instituições, e não meramente como uma via de mão única de assessoria da Universidade a outra instituição, mas como uma verdadeira interrelação mais igualitária e cooperativa. Desse modo, os atores tomam consciência do seu relevante lugar nesse processo mútuo de conhecimento, representando, assim, uma dinâmica equilibrada da universidade com outros parceiros, o que é, sobretudo, um dos pilares da concepção da extensão. Logo, os atores mapeiam com maior clareza o seu lugar no processo histórico e admitem sua validade, descobrindo-se como agentes capazes de interferirem em suas realidades, (TENÓRIO,2014).

4.3.1. MOBILIZAÇÃO DOS ATORES

Como relatado anteriormente, o Programa exige, de certa forma, um investimento do município, por exemplo, com as despesas de transporte, hospedagem e alimentação, bem como também requer da gestão uma questão de redirecionamento de recursos em suas rotinas, no sentido da necessidade, por exemplo, de um servidor responsável por acompanhar e orientar os alunos, entre outras ações, o que, muitas vezes, requerem um determinado empenho e mobilização no contexto dinâmico das atividades corriqueiras da gestão municipal.

Desse modo, a partir da chamada publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, pode-se dizer que os municípios possuem interesse no Programa, porém, após a manifestação do interesse, é necessário um acompanhamento efetivo da Gerência de Relações Institucionais (GERI) para identificar quais municípios poderão realmente participar. Nessa perspectiva, muitas vezes, apesar de muitas inscrições, por fim, para a efetiva execução ficam, geralmente, de quatro a oito municípios. Sendo assim, há interesse, mas depois que o interesse é manifestado, a permanência vai se lapidando diante de diferentes fatores.

Diante dos questionários, os alunos percebem, na maioria das vezes, que a administração pública municipal apresenta-se solícita quanto às demandas dos alunos e em atender suas necessidades no período de execução. Além de mostrarem-se interessados pelo desenvolvimento do trabalho e, sobretudo, efetuarem o suporte necessário para tal.

Já no que tange à mobilização dos alunos, como dito anteriormente das diversas faces e desdobramentos da curricularização da extensão, muitas vezes, inicialmente, os alunos se organizam para participar e fazem o planejamento do curso, por ser um componente curricular e, assim, trazem suas experiências, em grande parte, positivas, posteriormente. Nessa lógica, a cada Edição é feita uma chamada interna para os próprios alunos e, por conseguinte, é feita uma preparação e treinamento dos estudantes, onde, a cada semestre, o Programa prevê, geralmente, três a oito duplas atuando em diferentes municípios.

4.4. O PRINAGEM COMO UM DIFERENCIAL/POTENCIAL

A concepção diferencial do Prinagem nesse processo de aprendizagem que a extensão desenvolve diz respeito ao processo de construção entre os atores. Nesse viés, o Programa abriga, simultaneamente, uma parte prática de alinhamento entre os envolvidos do que será desenvolvido que exige mobilização de conhecimentos do curso e técnicos, mas também se

desenvolve acerca da co-construção como um amplo aprendizado, através do diálogo, das diferentes perspectivas e contribuições dos diversos atores, que é, por exemplo, a escuta ativa, a compreensão de qual é a demanda dos municípios, bem como a contribuições dos professores participantes como facilitadores da aprendizagem.

Por conseguinte, esse alinhamento e construção coletiva da proposta de trabalho a ser desenvolvida propõe um rico processo de aprendizagem pela presença naquele espaço e as trocas de diferentes conhecimentos entre os participantes. Sob essa concepção, apresenta-se a perspectiva de dois servidores de diferentes municípios participantes do Programa:

“Foi desenvolvido com extrema qualidade o trabalho. A facilidade de compreensão do problema, de interlocução com os servidores municipais e o comprometimento na produção por parte dos alunos, em tão pouco tempo, foi decisiva para a ação política definida “- Participante 1.

“Sempre é bom ter os alunos da Escola de Governo na Prefeitura. A formação dos alunos é muito boa e passam as experiências para os demais servidores. É uma troca de experiência muito bacana para a Administração Pública” - Participante 2.

Quanto à execução do Programa, a primeira semana se dá por maior observação, de visita aos setores e equipamentos, da realização de entrevistas, de um diálogo com os secretários, servidores, etc. Já a segunda e a terceira semana são mais voltadas ao efetivo trabalho e desenvolvimento da proposta acordada. Por fim, a última semana é um período de encerramento juntamente aos envolvidos participantes do município, bem como a execução do relatório final, etc.

Portanto, possuir um processo com o prazo estabelecido de quatro semanas com determinadas etapas pode proporcionar um aprendizado no que tange a essa dinâmica que pressupõe início, meio e fim, ou seja, de construir e acordar algo, e, assim, buscar atingir os objetivos propostos a priori em determinado prazo. Nesse sentido, diante da análise dos questionários, algumas vezes, os discentes extensionistas trazem, que diante do prazo estabelecido, algumas entregas possuem caráter mais propositivo que conclusivo, isto é, por exemplo, através da identificação de problemas, possíveis melhorias, diagnósticos, cartilhas, etc.

Sendo assim, majoritariamente, os alunos destacam a importância do trabalho de alinhamento com os gestores diante do curto prazo de execução do Programa, bem como a necessidade da gestão de trabalhar na proposta a médio e longo prazo para obter resultados mais efetivos:

“Acredito que o Prinagem tem um potencial para ajudar a administração municipal, porém acho que depende também da iniciativa do município utilizar os produtos desenvolvidos, para que consigam implementar as mudanças, além de ser necessário um engajamento e comprometimento por parte da gestão municipal [...]” - Participante 3.

No que concerne aos professores participantes, a Coordenadora ressalta o aprendizado quanto ao desafio de orientar algo à distância e as possíveis variáveis incontrolláveis a partir da chegada dos alunos no município, bem como, muitas vezes, as temáticas abordadas nas propostas não são de total domínio e especialização do próprio professor. Entretanto, o Programa propõe que essa orientação dos docentes seja voltada, essencialmente, para a autonomia do estudante e para este como pesquisador-observador quanto aos elementos presentes no processo e, assim, o professor é visto como um facilitador da aprendizagem.

Nesse sentido, quanto aos professores orientadores, os alunos consideraram fundamentais o suporte dado por eles e a participação ativa para o desenvolvimento do Programa, bem como o auxílio quanto a uma melhor compreensão da dimensão do assunto trabalhado. Contudo, os discentes também retratam que quanto às demandas vinculadas a áreas que exigem competências específicas, em alguns casos, é necessário buscar o apoio de outro professor especializado para melhor orientar sobre o produto a ser entregue, como por exemplo na área de orçamento, finanças, etc.

Quanto aos municípios, a Gerência de Extensão enxerga que não é, essencialmente, a entrega do produto que os alunos efetuam que é o mais relevante para eles, mas sim a experiência conjunta vivenciada no período. Nesse sentido, diante das quatorze edições realizadas, nota-se, que o tempo das coisas nos municípios, em geral, é muito mais rápido e, assim, em curto e médio prazo as coisas podem estar muito diferentes. Desse modo, como retrata a entrevistada:

“Dizer que isso mudou o município, a gente não tem essa ideia, essa pretensão né. mas estar ali naquele espaço-tempo, vamos dizer, com aquelas pessoas do município; fazer esse processo de construir algo com essas pessoas [...] Então, menos o que foi o produto, mas mais como foi fazer isso com as pessoas ali, né, fazer aquelas entrevistas, apresentar o processo para elas, a gente acredita que seja a contribuição, porque pode ser que daqui um ano, como eu comentei, eles não vão estar mais usando aquele mapeamento de processos que a gente fez, mas ficou aquele aprendizado daquele tempo de como os alunos fizeram um trabalho ali, e alguma coisa desse ‘como’ eles podem continuar usando [...]” (OLIVEIRA,2023).

Acerca da percepção da Gerência de Extensão, apresenta-se, complementarmente, a percepção de um discente extensionista:

“Entendo que 4 semanas é um período muito curto para o desenvolvimento de uma entrega mais robusta, então é importante que o aluno entenda que o trabalho desenvolvido talvez não seja uma entrega resolutive da demanda do município.

Nesse sentido, acredito que as maiores contribuições não são necessariamente as entregas finais, mas as trocas, as ideias, a apresentação de instrumentos e formas de fazer as coisas, as ferramentas criadas [...]” - Participante 6.

Ademais, outra questão trazida pelos servidores é a forma como um projeto culmina em alguns caminhos relevantes para o município, de por exemplo, onde e a quem recorrer em determinada situação, bem como fontes de informação e, sobretudo, um intermédio acerca das políticas públicas estaduais e a dinâmica e as estruturas dessas instâncias, como as funções de secretarias, as competências dos diversos setores, entre outros.

Dessa forma, a visão do município é ampliada acerca de suas possíveis relações, estratégias e ações. Nessa lógica, os próprios servidores expressam tal retorno positivo através do contato com os estudantes, no qual eles compreendem como um aprendizado que o Programa permite e que é deixado para eles de forma permanente. De forma geral, a análise dos questionários aplicados aos servidores evidencia que os municípios consideram muito enriquecedora a existência de uma perspectiva externa às rotinas da gestão pública.

4.5. RESULTADOS E CONTRIBUIÇÕES TRAZIDOS PELO PROGRAMA

Conforme trazido anteriormente, as contribuições trazidas aos municípios, na maioria das vezes, estão vinculadas a planejamento e processos, como por exemplo, planejamento de compras, aprimoramento da gestão de estoques, análise e auxílio quanto aos planos municipais, diagnósticos, contabilização de planos de carreira dos servidores, etc. Logo, diante das entregas feitas pelo Programa, pode-se dizer, sobretudo, que são diversificados os tipos de retorno que os municípios dão, em alguns casos o município realmente dá continuidade no que foi executado, como por exemplo, o feedback acerca de um projeto sendo votado na Câmara Municipal, ou a implementação de um projeto, etc. Porém, em outros casos a proposta não é, necessariamente, implementada pelo município e, mas, tal fato, indiscutivelmente, não invalida a experiência e o conhecimento trazido para os atores envolvidos através do viés colaborativo e interdisciplinar da extensão.

“O pringem forneceu dados necessários para que a administração municipal desenvolva suas políticas com maior efetividade. Contudo, ainda cabe à administração municipal decidir o que irá fazer com os dados fornecidos, pois estes podem ser tanto bem utilizados como guardados em uma gaveta.” - Participante 7.

Além da parte prática das atividades do Programa, na qual visa uma intervenção pontual acerca da demanda apresentada pelo município, vale ressaltar, sobretudo, a relevante experiência de imersão das quatro semanas e a questão, por exemplo, da adaptabilidade dos estudantes àquela realidade, em que eles necessitam “sozinhos”, muitas vezes, contornar algumas adversidades em diversos aspectos, naquele contexto de um município anteriormente desconhecido. Nesse sentido, mesmo com o apoio da Gerência de Extensão à distância, os alunos estão no município de forma autônoma, sendo porta-voz, se apresentando, discutindo, negociando, etc.

“Com base no diagnóstico da gestão municipal, foi possível verificar quais são os principais desafios e conquistas da administração municipal, indicando pontos de melhoria e pontos de relevância nos quais a gestão poderá colocar seus esforços” - Participante 8.

“Acredito que o projeto possibilitou estimar a dimensão e o foco do problema, de maneira que, deste momento em diante, há a disponibilidade de informações capazes de munir a prefeitura de fazer os ajustes necessários para o futuro.” - Participante 9.

Desse modo, evidencia-se, assim, que o Programa pode impulsionar, por exemplo, um determinado desenvolvimento de uma percepção mais crítica, bem como de maior autonomia naqueles discentes diante dessa imersão nos municípios e a adaptabilidade e a proatividade requerida.

“Além da parte do projeto que eles fazem, eu tenho certeza que, e pelo menos é uma premissa do projeto né, que esse é um aprendizado, o aprendizado das questões interpessoais, enfim, desse lidar com o outro ali. “(OLIVEIRA,2023).

Além disso, outra importante face do Programa diante de tal viés interpessoal e crítico intervencionista, diz respeito a um possível despertar e ampliação das percepções acerca das questões que permeiam na sociedade, bem como noções de cidadania, participação social e, sobretudo, um maior senso de coletividade. Sendo assim, à luz da concepção de gestão social, o trabalho em conjunto visa identificar, propor e contribuir com a superação da problemática

social, (TENÓRIO,2014).

Nessa lógica, mediante o contato com diferentes atores, realidades, organizações e situações, o Programa pode, portanto, estimular a comunidade acadêmica e os demais atores envolvidos acerca da latente necessidade de aprimoramento e incentivo da interface estado e sociedade, na qual, esta pode abrigar, sobretudo, um amplo potencial quanto à ações coletivas e estratégias para lidar com a complexidade dos problemas públicos no cenário atual, nos quais requerem, muitas vezes, soluções intersetoriais e mais inovadoras.

4.6. PERCEPÇÕES ACERCA DE POSSÍVEIS MELHORIAS

A partir do amplo compilado de experiências trazidas aos responsáveis pela execução do Programa através das quatorze edições realizadas, tais atores trazem algumas perspectivas de possíveis melhorias a serem consideradas e implementadas a médio e longo prazo. Nesse sentido, diante dos objetivos metodológicos da pesquisa quanto ao aprimoramento do Programa, evidencia-se algumas questões trazidas pela Gerência de Extensão, como por exemplo, um maior acompanhamento durante o semestre dos municípios trabalhados após a execução do Programa, bem como o incentivo e a consideração de atrair, sobretudo, uma quantidade maior de municípios quanto a um trabalho acerca das políticas públicas.

Em primeiro plano, a Gerência enxerga uma possível melhoria no sentido da relevância de experimentar trabalhar com alguns municípios participantes durante o semestre, após a realização do Programa, através de um maior acompanhamento da implementação das propostas trazidas, efetuar, sobretudo, um apoio ao município em tal execução, sanando possíveis dúvidas, bem como também pensando, assim, possíveis desdobramentos, estratégias, entre outros. Nesse contexto, vale ressaltar que as duas edições realizadas de forma remota no ano de 2021 trouxeram algumas experiências que fizeram os responsáveis pelo Programa refletirem acerca de uma possível assessoria técnica remota após a imersão presencial e, assim, continuar o acompanhamento semestral da implementação em um determinado município de forma remota.

Nessa lógica, tal medida poderia trazer resultados mais efetivos e contínuos no que tange à concepção intervencionista do Programa. No entanto, a Coordenadora salienta que, em tal proposta, é fundamental a estruturação e desenvolvimento de estratégias e arranjos que viabilizem uma maior proximidade com os alunos extensionistas e, sobretudo, para o engajamento necessário para a consolidação da proposta e seus objetivos.

Em segundo plano, diante da questão abordada quanto ao Programa, majoritariamente, vincular-se a uma questão de assessoria à gestão municipal na parte de gestão de processos, a Gerência enxerga a necessidade de reflexão acerca das possíveis causas de tal fenômeno e, portanto, pensar caminhos efetivos para explorar diferentes campos de atuação através do Programa, como por exemplo, ações relacionadas às diversas faces das políticas públicas. Sendo assim, objetiva-se, sobretudo, identificar e atrair municípios que apresentem tais demandas.

Nesse contexto, uma ideia trazida que pode ser tratada dentro de tal proposta diz respeito à abordagem, de alguma forma, de determinados temas vinculados às políticas públicas. Entretanto, não com o objetivo de uma edição temática do Programa, por exemplo, uma vez que acredita-se que tal fenômeno poderia restringi-lo, e a ideia central prezada, portanto, diz respeito à liberdade e autonomia, através da construção colaborativa e dialógica dos atores.

Desse modo, o Programa objetiva ampliar sua visão quanto à atrair e trazer o município, a fim de tentar realizar projetos relevantes quanto ao trabalho em ações e propostas acerca de possíveis melhorias das políticas públicas em âmbito municipal. Sendo assim, evidencia-se a pretensão do Programa de incorporar ainda mais, e, sobretudo, fortalecer sua dimensão mais social e diretamente vinculada ao interesse público, mediante um propósito de contribuição quanto ao aprimoramento e efetividade na implementação de políticas públicas, programas sociais, projetos, entre outros, na instância mais próxima ao cidadão e, assim, objetiva-se, sobretudo, a contribuição acerca de resultados mais efetivos à sociedade. Nesse contexto, apresenta-se a fala de um servidor de um dos municípios trabalhados na 13ª Edição do Programa acerca de possíveis sugestões:

“Talvez a concentração das atividades focadas em um dos pilares principais da administração poderia produzir uma sensível contribuição ao desenvolvimento das políticas públicas específicas. A geração de foco pode ampliar a qualidade da análise e gerar frutos mais consistentes para os municípios contemplados.” - Participante 10.

Além disso, a entrevistada aborda que os alunos iriam enfrentar um desafio relevante quanto a um maior conhecimento em políticas públicas, uma vez que tal proposta de trabalho exigiria um determinado conhecimento sobre uma área específica, como por exemplo na área da educação, assistência social, saúde, etc.

Portanto, em suma, essa segunda concepção de melhoria está relacionada a elaboração de uma estratégia que possa, efetivamente, trazer municípios que apresentem-se com demandas

acerca de políticas públicas em desenvolvimento, por exemplo, e que poderiam, sobretudo, receber os alunos para irem um pouco mais para a área fim e, assim, sair um pouco da área meramente de gestão. Desse modo, faz-se necessário identificar onde encontram-se tais demandas por melhorias de política pública e estimular os municípios, uma vez que, diante dos questionários, notou-se também que os municípios possuem, muitas vezes, demandas relacionadas às políticas públicas, porém, muitas vezes, não conseguem dimensioná-las e, assim, expressar, efetivamente, a necessidade.

Por fim, assim, também objetiva-se, segundo a Gerência de Extensão, um determinado equilíbrio quanto às práticas realizadas pelo Programa, através da quantidade de municípios que, por exemplo, iriam trabalhar com propostas mais na área de gestão, e outros que iriam trabalhar mais com a área de gestão vinculada a uma política pública mais temática.

Por último, quanto a um objetivo específico da pesquisa, apresenta-se, portanto, a relevância das presentes avaliações e reflexões acerca do Prinagem para o incentivo à implementação efetiva do Programa de Residência em Administração Pública (PRAP) da Universidade Federal de Lavras (UFLA). O PRAP foi elaborado no ano de 2021 pelo corpo docente do Departamento de Administração Pública (DAP-UFLA) e, atualmente, encontra-se em uma fase final de execução dos procedimentos gerais necessários para o início da sua devida implementação.

O Programa de Residência em Administração Pública da UFLA apresenta uma proposta de promover projetos e iniciativas de extensão universitária de maneira articulada com as atividades de ensino e de pesquisa desenvolvidas no Departamento de Administração Pública da Universidade Federal de Lavras (DAP-UFLA) (PRAP,2021), em cooperação com diversos atores da sociedade, como por exemplo prefeituras municipais, instituições públicas, sociedade civil, agentes públicos e privados, etc.

Logo, o Programa objetiva possibilitar o desenvolvimento de das atividades de imersão em pesquisa e extensão, orientadas à prática administrativa, diante dessa rede de cooperação. E, assim, visa contribuir com o Campo de Públicas através de uma modalidade de residência institucionalizada, na qual objetiva, sobretudo, contribuir com a formação prática dos discentes e futuros administradores públicos mediante uma imersão profissional, além de trazer resultados positivos à gestão pública municipal, através desse aporte técnico-acadêmico executado a partir das cooperações estabelecidas. Visando, assim, contribuir com o desenvolvimento social local do município de Lavras e da microrregião.

Dessa forma, a partir dos resultados trazidos no trabalho e as reflexões efetuadas acerca

das implicações do Prinagem à luz da aprendizagem colaborativa, objetiva-se contribuir com a efetiva consolidação do PRAP na Universidade Federal de Lavras (UFLA), dada a relevância da interação e cooperação entre diferentes atores mediante as diferentes contribuições trazidas a esses atores envolvidos, bem como ao desenvolvimento social local, através da gestão pública municipal. Sendo assim, o Programa de Residência apresenta-se como uma proposta inovadora e um importante passo para o contínuo aprimoramento do curso de Administração Pública da UFLA e à formação dos alunos, além de proporcionar uma rede de parcerias relevantes para lidar com as questões e problemas públicos municipais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão apresenta-se, portanto, como um relevante vetor de diálogo entre a universidade e os diferentes setores da sociedade, mediante seu caráter participativo, inclusivo e democratizante. Nesse viés, a prática extensionista pode representar um meio efetivo para o fortalecimento do compromisso social das Instituições de Ensino Superior, através da busca constante por orientar-se acerca do interesse coletivo e, sobretudo, interferir na realidade social e suas problemáticas.

Desse modo, conforme ilustra as experiências apresentadas da 13ª Edição do Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal (Prinagem), evidencia-se, sobretudo, que a prática extensionista pode contribuir significativamente com a gestão municipal no que concerne ao cenário de aprendizagem colaborativa constituído mediante o intercâmbio de diferentes saberes, experiências e práticas entre os diferentes atores envolvidos, sendo estes impactados de diferentes formas pelo Programa.

Além disso, o Programa, ainda que de forma pontual e em um curto prazo estabelecido, pode apresentar uma contribuição importante aos municípios, muitas vezes, ao trazer diferentes visões, caminhos, sugestões e proposições de ações para suas demandas e, assim, ramificando em novas oportunidades e possibilidades mais inovadoras de ações em determinados contextos socioculturais. Logo, o Prinagem reforça e fortalece a latente necessidade de aproximação dos diferentes setores da sociedade, uma vez que tal interrelação alicerça um amplo potencial quanto a possíveis ações coletivas mais inovadoras para lidar com a complexidade das mazelas sociais existentes.

O trabalho visa também destacar a necessidade de mobilização e qualificação da participação da população em instâncias decisórias de co-gestão com o Estado (LAVINAS; TENÓRIO, et al., 2014), através de conselhos, organizações da sociedade civil, ações coletivas, práticas extensionistas, etc. Nessa lógica, propõe-se o fortalecimento da conscientização acerca da relevância do envolvimento dos diferentes atores sociais em espaços institucionais juntamente aos âmbitos dos governos e, principalmente, no que tange à esfera municipal, dada a sua relevância, bem como vínculo direto e proximidade com o cidadão.

Sendo assim, diante da discussão dos resultados trazidos pelo Programa, pretende-se promover uma avaliação das práticas extensionistas acerca do que prevê o Capítulo II da Resolução nº7 de 2018 (BRASIL,2018), no qual dispõe sobre a necessidade de avaliação da extensão, para o aperfeiçoamento de suas características essenciais, bem como através também

da demonstração dos resultados alcançados em relação ao público participante e, sobretudo, acerca da identificação da pertinência da utilização das atividades de extensão na creditação curricular (BRASIL, 2018).

Desse modo, espera-se, sobretudo, que o presente trabalho possa estimular debates acerca do fortalecimento da extensão no cenário nacional e, principalmente, quanto à curricularização da extensão, diante da devida consideração desta como uma prática inclusiva e fonte de reafirmação do compromisso social das universidades. Logo, segundo Freire (1985), a educação, quando compreendida em sua perspectiva verdadeira, não deve ser outra senão a de humanizar o homem acerca da ação consciente que este deve fazer para transformar o mundo.

6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBRECHT, Evonir; ABRAHÃO MONTEIRO BASTOS, Antonio Sergio. Extensão e sociedade: diálogos necessários. **Em Extensão**, v. 19, n. 1, 2020.

ANDION, Carolina; MAGALHÃES, Thiago. (Re) aproximando os pragmatismos da análise das políticas públicas. Experimentação e investigação pública em um cenário de crise democrática. **Sociedade e Estado**, v. 36, p. 513-543, 2021.

CEFAÏ, Daniel. PÚBLICOS, PROBLEMAS PÚBLICOS, ARENAS PÚBLICAS...: O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). **Novos estudos CEBRAP**, v. 36, n. 1, p. 187-213, 2017.

COSTA DE SOUZA, G. *et al.* **PROGRAMA DE RESIDÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PRAP)**. Departamento de Administração Pública - DAP. Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal de Lavras - UFLA, v.1 - 06.12.2021 (88ª CGAPUB).

DE FREITAS BOULLOSA, Rosana. Para onde tem nos levado a pandemia? Entre tantos desamparos públicos, precisamos também falar sobre avaliação em políticas públicas. **NAU Social**, v. 11, n. 21, p. 441-456, 2020.

ESCOLA DE GOVERNO; EXTENSÃO- PRINAGEM. **Fundação João Pinheiro**. Disponível em: <<http://novosite.fjp.mg.gov.br/prinagem/>> Acesso em: 10 de agosto de 2022.

FISCHER, Frank. Para além do empirismo: policy inquiry na perspectiva pós-positivista. **NAU Social**, v. 7, n. 12, 2016.

FISCHER, Tânia. Gestão social do desenvolvimento de territórios. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 12, n. 1, p. 113-119, 2012.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Editora Paz e Terra, 2014.

FORPROEX – FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento**. 1987. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-IEcontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 5 agosto 2022.

FORPROEX – FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. O Forproex. In: **Rede Nacional de Extensão – RENEX**. 2016. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/forproex-e-renex>. Acesso em: 5 agosto 2022.

GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê. **Instituto Paulo Freire**, v. 15, p. 1-18, 2017.

LAVINAS, Lais Villela; TENÓRIO, Fernando Guilherme; KRONEMBERGER, Thais Soares. Gestão Social, Extensão e Teologia da Libertação: uma análise a partir de um projeto junto a comunidades. **Revista de Ciências da Administração**, v. 16, n. 39, p. 224-235, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7/2018, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasil. Conselho Nacional de Educação, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

NETO, Luís Moretto et al. UNIVERSIDADE E COMPROMISSO SOCIAL: ATIVIDADES DE EXTENSÃO SOB A ÓTICA DA GESTÃO SOCIAL. **Pensamento & Realidade**, v. 27, n. 2, 2012.

PNEXT – PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA 2011-2020. Disponível em: <http://pdi.ufabc.edu.br/wp-content/uploads/2011/09/Plano-Nacional-deExtens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-2011-2020.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevistada: **Beatrice Corrêa de Oliveira** - Gerente de Extensão e Relações Institucionais (GERI) da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho- Fundação João Pinheiro (EG/FJP).

- 1) Como foi e o que você destaca na experiência do Prinagem a partir de 2016?
- 2) De que forma você acredita que o PRINAGEM contribui com a curricularização da extensão?
- 3) Quais foram os desafios para a implementação do Programa?
- 4) Quais foram os primeiros impactos diante dessa implementação?
- 5) Como se deu a mobilização dos atores envolvidos?
- 6) Quais tipos de atores participam da execução do Programa?
- 7) Como você considera o Prinagem como um diferencial/potencial para os atores envolvidos?
- 8) Ao longo das edições realizadas, como você tem percebido os resultados trazidos pela execução do Programa em diferentes contextos?
- 9) Quais limitações e desafios você acredita que permeiam na execução do Programa?
- 10) Quais possíveis melhorias você acredita que podem ser aplicadas a médio/longo prazo?